

OS DESAFIOS DA GESTÃO COSTEIRA EM CABO VERDE

Liza LIMA

Direcção Geral do Ambiente, Praia, (00 238) 9783653, lizocahal@hotmail.com

Filomena MARTINS

*CESAM, Departamento de Ambiente e Ordenamento, Universidade de Aveiro, 3810-193 Aveiro,
234370200, filomena@ua.pt*

RESUMO

A maioria das regiões insulares é considerada como uma entidade costeira, sendo as suas áreas costeiras de grande relevância para o desenvolvimento e um valioso recurso ambiental. Todavia, a excessiva solicitação dessas áreas pelos recursos e pelo espaço, provoca conflitos de interesses entre diferentes usuários. As ilhas, na generalidade, são consideradas particularmente sensíveis a qualquer intervenção externa. As consequências do contínuo crescimento demográfico e económico em Cabo Verde começam a ser evidentes, verificando-se uma intensa exploração de recursos que por si só já são escassos, bem como a sua degradação e destruição, para além da ocorrência de alguns conflitos. Neste contexto, dada a fragilidade, vulnerabilidade e elevada pressão sobre as zonas costeiras, é essencial a definição de estratégias e objectivos para o seu adequado planeamento e gestão.

Palavras-chave: zonas insulares, conservação, planeamento e gestão das zonas costeiras.

1. INTRODUÇÃO

Cabo Verde é um pequeno estado insular constituído por dez ilhas de origem vulcânica, que se situa a 500 km do Senegal (Costa Ocidental Africana). (Figura 1) Este arquipélago possui uma área emersa de 4.033 km² e uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) de 734.265 km² (GEP, 2003).



Figura 1. Ilhas de Cabo Verde

Não obstante, a vasta ZEE, Cabo Verde dispõe de uma plataforma insular estreita (5394 km², até à isobática de 200 m) (GEP, 2003), o que conjugado com o isolamento do arquipélago, a dimensão do território, a baixa percentagem de solo arável¹, as condições climáticas e oceanográficas condicionam a abundância de recursos costeiros e marinhos.

No que se refere à economia cabo-verdiana, esta é dominada pelos serviços, encontrando-se o país dependente da ajuda internacional, da remessa dos emigrantes e da importação de produtos alimentares² (UNDP, 2007), sendo que estas condições impeliram boa parte da população para o estrangeiro. Recentemente, o sector do turismo começa a contribuir com um valor significativo no PIB cabo-verdiano.

De acordo com a Agenda 21 das Nações Unidas, as ilhas são casos especiais para Ambiente e Desenvolvimento dadas as particularidades que apresentam. O isolamento a que se encontram sujeitas determina a limitação de recursos naturais e económicos, tornando-as muito vulneráveis ecológica e economicamente (UNEP, 1992). São regiões muito susceptíveis a desastres ambientais e naturais (aumento do nível do mar e mudanças climáticas) e a biodiversidade é das mais ameaçadas no mundo (UNEP, 1994). De facto, as ilhas são sistemas extremamente sensíveis a qualquer intervenção externa, apresentam um elevado número de espécies endémicas (exclusivas), muito

¹ Os solos cultiváveis representam apenas 10% do território nacional

² Resulta do facto da produção agrícola local não cobrir nem 20% das necessidades alimentares básicas da população

valiosas no contexto da biodiversidade global, e elevadas taxas de extinção. Aliás, as taxas de extinção mais elevadas da história ocorreram em ilhas. As espécies nativas e principalmente as endémicas encontram-se mais vulneráveis por: (i) terem evoluído na ausência de predadores, não desenvolveram mecanismos de defesa; (ii) por se encontrarem numa área restrita, em pequenas populações e em pequeno número; (iii) por terem evoluído ao longo dos anos num ambiente muito específico ao qual se encontram bem adaptadas. A sobrevivência das espécies depende da capacidade destas se adaptarem a um novo ambiente. Nestes casos, por serem espécies especialistas e não generalistas, têm dificuldade em se adaptarem a novos ambientes. Por serem únicas, as espécies endémicas uma vez extintas, num determinado local, elevam o nível de perda ao contexto mundial.

O limitado espaço disponível nas regiões insulares conduz a grande interdependência entre os seus componentes naturais, o que significa que qualquer impacto negativo imposto sobre um dos seus elementos é facilmente e rapidamente sentido em toda a ilha (WTO, 2004).

Apesar de geralmente gozarem de um território diminuto, as zonas costeiras são extensas sendo que a maioria das regiões insulares é considerada como uma entidade costeira. Essas áreas acolhem quase todos os recursos naturais, a população e as actividades socioeconómicas e culturais. A excessiva solicitação dessas áreas pelos recursos e pelo espaço provoca conflitos de interesse entre diferentes usuários que são exacerbados pelo crescimento demográfico e económico fomentando um processo de transformação e degradação que se mostra em muitos casos irreversível. Especificamente o crescimento demográfico e económico fazem aumentar o consumo dos recursos que por si só já são escassos, sendo que as ilhas, na generalidade, são consideradas particularmente sensíveis às actividades humanas, ao aumento da densidade populacional ou a qualquer outra intervenção externa. Para além disso, são zonas extremamente vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas.

2. ZONAS COSTEIRAS EM CABO VERDE

Com um valor global de linha de costa de 1.020 km (GEP, 2003) e dado o seu território diminuto (4.033 km²), as ilhas de Cabo Verde podem ser consideradas quase no seu todo como entidades costeiras.

As formas de relevo estão caracterizadas pelas actividades vulcânicas, actuais e passadas e por fenómenos naturais actuais, principalmente por erosão hídrica e eólica (Natura, 2001a). As ilhas mais orientais (Sal, Boa Vista e Maio) apresentam relevos mais suaves, com vastas áreas planas e extensas praias de areia enquanto que as restantes, mais recentes e menos erodidas do que as anteriores, apresentam relevos mais acidentados e praias encastradas ou encaixadas (Figura 2).



Figura 2. Formas de relevo

2.1. Valores ambiental, socioeconómico e cultural

É nas zonas costeiras que se vão encontrar grande parte dos ecossistemas mais valiosos e frágeis a conservar.

A diversidade biológica cabo-verdiana é relativamente pobre quando comparada com a de outros arquipélagos da Macaronésia (SEPA, 1999). Dispõe de recursos genéticos próprios, outros comuns aos arquipélagos supracitados e aos países africanos continentais mais próximos (como a Mauritânia e o Senegal) e outros de distribuição mais global. A dimensão, a descontinuidade do território, o isolamento, os regimes climáticos e oceanográficos determinaram as baixas diversidade biológica e densidade populacional registada. Contudo, ocorrem espécies com elevado valor, entre as quais espécies emblemáticas e algumas espécies endémicas. São exemplos, entre outros:

- Plantas: *Phoenix atlântica*, *Tamarix senegalensis*, *Cocculus pendulus*
- Aves: *Calonectris edwardsii*, *Phaethon aethereus*, *Alauda razae*;
- Répteis: *Hemidactylus boavistensis boavistensis*, *Mabuya spinalis salensis*; *Chelonia mydas* e *Eretmochelys imbricata*
- Gastrópodes do género *Conus*: *C. salreiensis*, *C. fuscoflavus*, *C. borgesii*, *C. decoratus*, etc;
- Crustáceos - *Palinurus Charlestoni* (Cabo Verde Natura 2000, 2001b).

- Cetáceos: *Peponocephala Electra*; *Tursiops truncatus*; *Globicephala macrorhynchus*, *Stenella attenuata* (Proyecto Hydrocarpo (2003-2005)). Relativamente aos cetáceos, foram citadas 18 espécies para o arquipélago (Hazevoet e Wenzel, 2000) e alguns seláceos.

Localizam-se ainda neste arquipélago, um dos dez mais importantes recifes de corais³ do mundo (também um dos dez mais ameaçados) segundo a Conservation International (2002), o terceiro mais importante local do mundo para a nidificação de tartarugas comuns (*Caretta caretta*) segundo a WWF (2006), sendo também o local de reprodução da população de baleias de bossa (*Megaptera novaengliae*) (Cabo Verde Natura 2000, 2001a).

De um modo geral, as espécies apresentam uma distribuição limitada e elevadas taxas de extinção no arquipélago. Com vista à preservação desse património natural foram estabelecidos regulamentos e acções de conservação (áreas protegidas -Decreto-lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro; legislação que proíbe a captura e utilização de determinados recursos; adesão de várias Convenções; planos e campanhas de conservação de espécies e *habitats*, entre outros). O reconhecimento da riqueza biológica e ecológica apoia-se no número de áreas protegidas declaradas tanto ao nível nacional (total de 47), como internacional (3 zonas *Ramsar*; o programa da WWF - WAMER (*West African Marine Ecoregion*) onde Cabo Verde se encontra incluído; 12 *Important Birds Areas* (IBA) considerados pela *Birdlife International*) e em alguns projectos de conservação. A diversidade e a exclusividade de algumas espécies e o reconhecimento traduzido pelas áreas anteriormente enunciadas revelam a importância da preservação das zonas costeiras.

Por outro lado, as zonas costeiras constituem um local estratégico para o desenvolvimento, visto que alberga quase toda a população, as actividades socioeconómicas e culturais. A título de exemplo, é nessas áreas que vamos encontrar quase todos os núcleos urbanos, indústrias (farmacêutica, alimentar, tabaco, têxtil, calçado, entre outras), os empreendimentos turísticos, as infra-estruturas marítimo-portuárias e aeroportuárias, as actividades agrícola e piscatória, os serviços, as actividades recreativas, bem como o património histórico-cultural.

³ Em Cabo Verde não chegam a formar propriamente recifes de corais.

3. DISCUSSÃO

A escassez de recursos naturais e económicos do país tem limitado os sectores de actividade económica potenciadores de estratégias e políticas de desenvolvimento. Na última década, o sector turístico emergiu como uma das principais apostas para o desenvolvimento do país, evidenciando uma tendência para se converter no motor da economia cabo-verdiana. Verifica-se um contínuo crescimento turístico, sendo que o seu processo de planeamento ou a ausência de um processo de planeamento que entre em linha de conta com as características e condições anteriormente referidas, se traduz numa intensa exploração e demanda de recursos escassos, aliado ao facto de, em muitos casos, ocorrerem práticas menos adequadas e ocupação excessiva e desordenada. Muitas vezes, os regulamentos e as acções de conservação acabam por ser instrumentos pouco eficazes, dada percepção de impunidade resultante do incumprimento desses regulamentos, da insuficiente fiscalização e não implementação das áreas protegidas. Registam-se com alguma frequência conflitos de interesses e de usos devido à ausência de planeamento ou à ocorrência de apenas visão sectorial da planificação do território, tais como:

- sobreposição de áreas destinadas ao desenvolvimento turístico com as áreas designadas /delimitadas como áreas protegidas;
- realização de outras actividades, tais como extracção de inertes e
- implantação de infra-estruturas em locais menos apropriados.

A pobreza constitui também um factor crucial para a conservação e qualidade ambiental no arquipélago. As condições de pobreza em que boa parte da população vive (37% em 2002⁴), conduz à degradação do ambiente e ao incumprimento das leis e dificilmente, estas serão eficazes ou os recursos serão conservados, se este factor não for tido em conta (Figura 3). A este facto soma-se ainda, a pouca sensibilidade da população para as questões ambientais, bem como a incipiente participação da mesma nos processos de decisão e na implementação das acções. Adicionalmente, verifica-se que o acesso à informação é dificultado, faltando coordenação, cooperação e integração entre os diferentes sectores. Ocorre sobreposição e indefinição de competências, disseminação de responsabilidades e poderes nas zonas costeiras, havendo várias instituições com atribuições nessas áreas. A multiplicação de infra-estruturas e de

⁴ Dados do Relatório Nacional sobre o Desenvolvimento Humano em Cabo Verde - 2004 (UNDP, 2006)

serviços a que a descontinuidade do território obriga, tornam ainda mais complexa a actuação nas zonas costeiras.



Figura 3. Extracção de areia

A pressão antropogénica exercida sobre as áreas costeiras em Cabo Verde tem originado sérios problemas ambientais, tais como:

- aumento do consumo de recursos, que por si só já são escassos,
- sobreexploração de recursos (ex: pescueiros),
- poluição (devido à deposição não controlada de resíduos sólidos e descarga de efluentes sem devido tratamento, pesticidas, derrames),
- modificação do uso do solo (solos agrícolas),
- degradação e destruição de ecossistemas (ecossistemas dunares, lagunares, extinção de várias espécies),
- erosão,
- destruição da barreira natural de defesa contra o avanço da água do mar (aumentando ainda mais a vulnerabilidade aos efeitos das alterações climáticas)

Os problemas ambientais resultantes das condições em que se tem vindo a processar o crescimento económico do país, nomeadamente o crescimento da actividade turística obrigam a que se reflecta sobre este processo e se promovam novos paradigmas de desenvolvimento, sustentados num equilíbrio entre o crescimento económico e a conservação, uma vez que, o processo de desenvolvimento depende dos serviços e bens

ambientais e da boa saúde dos ecossistemas para ser sustentável. A implementação dum processo de desenvolvimento sustentável passa pelo planeamento e gestão integrados das zonas costeiras. O objectivo geral do planeamento e gestão integrados das zonas costeiras é promover o desenvolvimento sustentável, bem como reduzir o risco e a vulnerabilidade das zonas costeiras, satisfazer as necessidades dos seus habitantes, manter processos ecológicos essenciais e a biodiversidade e promover a resolução de conflitos.

Assim, a fragilidade ecológica, a interdependência entre os seus componentes naturais, a elevada pressão sobre as zonas costeiras, a escassez de recursos, a susceptibilidade a desastres ambientais e naturais sustentam a importância do planeamento e gestão integrados das zonas costeiras do país.

4. CONCLUSÃO

As áreas protegidas são indispensáveis para a manutenção de ecossistemas e para a conservação dos recursos naturais, no entanto, se não permanecerem como se encontram na actualidade acabam por não preservar a integridade ambiental das zonas costeiras. A implementação destas só será efectiva, se o planeamento e ordenamento do território forem compatíveis com os objectivos de conservação pois a gestão eficaz dos recursos naturais depende inteiramente de um adequado planeamento e ordenamento do território. A compatibilização ambiental implica a integração dos objectivos ambientais nos diversos sectores e actividades socioeconómicas.

Nas ilhas, seja qual for a actividade humana, esta estará quase sempre intimamente relacionada com as zonas costeiras. Dada a fragilidade e vulnerabilidade, bem como a pressão antropogénica exercida sobre estas áreas, o planeamento e a gestão integrada é essencial para a identificação antecipada ou minimização de impactos negativos, dos conflitos e para melhor rentabilizar recursos e espaço a longo prazo. Assim, o ordenamento do uso e ocupação do território, a protecção do património natural e cultural inerentes ao espaço e a melhoria das condições de vida apresentam-se como questões emergentes para um adequado desenvolvimento do país.

Os principais desafios a serem vencidos para se alcançar a gestão integrada prendem-se com:

- a adopção de uma estratégia de gestão integrada,

- a adequação do quadro jurídico-administrativo (dados os problemas decorrentes da actuação e atribuições dos diferentes sectores),
- a criação de uma entidade responsável pela Gestão Costeira,
- maior apoio à investigação científica (para o bom conhecimento da dinâmica dos sistemas costeiros e os processos naturais),
- o possibilitar o acesso à informação e o envolvimento e participação pública,
- a formação e sensibilização ambiental,
- o desenvolvimento de acções que promovam o desenvolvimento local,
- o reforço da fiscalização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CABO VERDE NATURA 2000 (2001a). *II Inventario y Análisis Territorial “Caracterización del Medio Físico y Biótico”*. Planificación y Ordenación Sostenible del Territorio y los Recursos Naturales del Litoral de Cabo Verde y de las Islas De Sal, Boa Vista y Maio.

CABO VERDE NATURA 2000 (2001b). *X. Estrategia para la conservación y uso sostenible de la Biodiversidad de Cabo Verde*. Planificación y Ordenación Sostenible del Territorio y los Recursos Naturales del Litoral de Cabo Verde y de las Islas De Sal, Boa Vista y Maio.

Conservation International,
2002:http://www.conservation.org/xp/news/press_releases/2002/021402.xml

Decreto-lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro, Boletim Oficial

GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO (GEP), 2003. *Plano de Gestão dos Recursos da Pesca*. Praia (Cabo Verde), Direcção Geral das Pescas - Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas.

HAZEVOET, C. AND WENZEL, F. (2000). Whales and dolphins (*Mammalia, Cetacea*) of the Cape Verde Islands, with special reference to the Humpback Whale *Megaptera novaeangliae* (Borowski, 1781). *Contributions to Zoology* 69, (3).

LIMA L., 2008. *Áreas Protegidas e/ou Zonas de Desenvolvimento Turístico em Cabo Verde? O caso da Boa Vista*. Dissertação de Mestrado em Ciências das Zonas Costeiras, Departamento de Ambiente e Ordenamento - Universidade de Aveiro.

SECRETARIADO EXECUTIVO PARA O AMBIENTE (SEPA), (1999). *Stratégie Nationale et Plan d’Action sur la Biodiversité*. Praia : Ministério de Agricultura, Alimentação e Ambiente.

UNDP (2006). *Rapport National sur le Developpement Humain Cap Vert – 2004 – Les Nouvelles Technologies de l’Information et de la Communication et transformation du Cap Vert*. UNDP

www.cv.undp.org (26.01.06)

UNDP (2007). *Rapport National 2005 sur les Objectifs du Millénaire pour le Développement (OMD) au Cap-Vert: Une évaluation des efforts accomplis* (http://www.un.cv/OMD_capvert_rapp04.shtml)

UNEP (1992). *Agenda 21*. United Nations Conference on Environment & Development. Rio de Janeiro (Brasil), UNEP.

UNEP (1994). *Programme of Action for the Sustainable Development of Small Island States*. Conference on the Sustainable Development of Small Island Developing States, Bridgetown (Barbados), UNEP.

WTO (2004). *Making Tourism Work for Small Island Developing States*. Madrid (Espanha), WTO, 87pp.

WWF, 2006:

http://www.panda.org/about_wwf/where_we_work/africa/solutions_by_region/wamer/index.cfm?uNewsID=58140